



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210 anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início da Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de Paz com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80 anos da criação do Ministério da Aeronáutica.**

**ANO 2021**

**Novembro**

**Nº 389**

## **HOMENAGEM DA AHIMTB/RS AO Cel AMERINO RAPOSO FILHO**

**Prefácio do livro Brasil Pensadores Militares Terrestres, do Cel Bento**

**(BENTO, Claudio Moreira. Pensadores Militares Terrestres. Barra Mansa: Irmãos Drummond, 2019).**

Distinção das mais significativas, a incumbência cometida pelo Cel Claudio Moreira Bento, para prefaciá-la sua excepcional obra pioneira, configurando os principais **Pensadores Militares Terrestres (1631 - 1990)**; cada qual contribuindo de maneira altamente competente, durante três séculos na Evolução da Instituição Militar Brasileira, desde o sentimento de Pátria, ou Nacionalidade, durante as Guerras Holandesas ou Guerra Brasílica, nas batalhas dos Guararapes, para expulsão do invasor holandês, sendo seu herói o Sargento Mor (Major) Antônio Dias Cardoso, consagrado pelo Exército como Patrono das Forças Especiais, por indicação de pesquisa do Cel Bento. Contribuição igualmente notável é a Doutrina do Conde de Lippe, destacado pensador militar e político alemão, combinada com a do Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim que aplicou a “Estratégia do fraco contra o forte”, a Guerra à Gaúcha, na Guerra de Reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis 1774/1776. Seria ocioso, embora gratificante, elencar o Pensamento político-estratégico-militar de chefes e pensadores militares que emolduraram os principais conflitos, Internos e Externos, no Século XIX, como o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro e da (antiga) Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil, e o Marechal Manoel Luiz Osório. Foi ousada e de grande risco a Estratégia Militar empregada por Caxias, para conjurar Conflitos Internos nas quatro Campanhas (Maranhão, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul). E em cada uma empregando Estratégia Militar e Operacional. E na Revolução dos Farrapos, Estratégia eminentemente Psicológica. A Estratégia Militar, Operacional e Tática nas duas campanhas decisivas da Guerra do Paraguai (quando) Caxias e Osório aplicaram, à exaustão, os Princípios de Guerra: Objetivo, Surpresa, Manobra, Massa, Segurança, Ofensiva, Economia de Meios e Unidade de Comando. Cada um,

elementos fundamentais à edificação de uma autêntica Doutrina Militar, consoante as peculiaridades de cada área estratégico-operacional e considerando, a evolução crescente dos meios e métodos polemológicos em evolução acelerada. Muitos outros Pensadores Político-Militares já no clarear do Século XX poderiam encolunar-se para o delineamento e a formulação da História Militar (Estudo Crítico), Princípios da Arte da Guerra, Edição de Revistas Militares, como “**A Defesa Nacional**”, “**Nação Armada**”, **Cultura Militar**, **Revista do Exército** e, copiosa literatura Político-Militar e Estratégico-Operacional e Tática. E aí citaremos: Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, Marechal Hermes da Fonseca, Coronel Mario Clementino, Marechal Estevão Leitão de Carvalho, General Bertholdo Klinger, Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, General Augusto Tasso Fragoso (relevância para esse grande pensador e historiador militar, dos mais brilhantes e cientista, o Marechal José Pessoa, o General Francisco de Paula Cidade. Citaria, ainda no Século XX, o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, o General Carlos de Meira Mattos, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o General Aurélio de Lyra Tavares, o General Francisco de Paula Azevedo Pondé, o Cel J.B. Magalhães, o General Golbery do Couto e Silva, o General Alfredo Souto Malan, o General Antônio Souza Junior, o Cel Francisco Ruas Santos e o General Leônidas Pires Gonçalves. Estrelas reluzentes do Pensamento Político-Militar e Estratégico-Operacional e Tático, de nossa Doutrina Militar Terrestre. Todo este imenso acervo do Pensamento Militar/Terrestre do Brasil se contém nos brilhantes e fundamentados estudos do eminente escritor e pensador militar Coronel Claudio Moreira Bento, Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre Brasil (FAHMTB) e membro de instituições estrangeiras de História. Considero um privilégio ser contemporâneo do Cel Bento. Ele deixa documentação com definições irretocáveis, no universo plural de seus estudos de História Militar e da Doutrina Militar moderna: História do Brasil contendo “Desafio-Resposta” à moda de Arnold Joseph Toynbee, historiador britânico e professor de História da Universidade de Londres e autor de Study of History, equivalente a uma Epistemologia (estudo crítico dos princípios, hipóteses, resultados ou ciências). É tempo de encerrar estas achegas, à guisa de Prefácio, deixando ao leitor apreciar esta obra notável e que, como ensaio pioneiro entre nós, o autor faz referência ao pensador militar terrestre desconhecido, que aos poucos serão revelados. Relembro, ao final, o que flui das áreas fundamentais do Pensamento Filosófico, contribuição às Leis Gerais do conhecimento e da ação, para enriquecimento da nossa Doutrina Militar Terrestre, como Gnosiologia e Axiologia, teorias do Conhecimento e dos Valores; Cratologia e Praxeologia, teoria do Poder e da Estratégia. E, finalmente, a teoria dos Conflitos Polemológicos, com sua multiforme configuração, quando nossa Doutrina Militar Terrestre terá plena aplicação na “continuação da Política por outros Meios...”.

Coronel Amerino Raposo Filho - Presidente de Honra do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos). - Acadêmico Perpétuo Fundador da ABD (Academia Brasileira de Defesa), acadêmico da (antiga) FAHIMTB, mais tarde consagrado como seu patrono de cadeira especial.



# OS BATALHÕES DE CAÇADORES E SUAS ORIGENS

Fonte: Revista Militar Brasileira - CPDOC – BL ISSN 0035-0125

**N**ão obstante várias de nossas mais tradicionais Unidades de Infantaria denominarem-se Batalhão de Caçadores (BC), somente há bem pouco tempo constatou-se que as origens dessa denominação, tornada corriqueira, corria o perigo de perder-se na poeira do tempo. Integrada ao nosso vocabulário, e repetida sem maior reflexão, somente, vez por outra, despertava qualquer indagação pouco conseqüente a respeito de seu verdadeiro significado.

Com vistas a dirimir dúvidas e a cooperar com iniciativa que objetive manter viva a memória dessas Organizações militares, o Centro de Documentação do Exército, através de sua Secção de Heráldica e Histórico de Organizações Militares, realizando pesquisa, encontrou farta matéria a respeito, no "Dicionário Histórico Militar Ilustrado" de José Wash Rodrigues, obra ainda inédita.

É com prazer, pois, que a Revista Militar Brasileira divulga o resultado da pesquisa realizada, transcrevendo, em seguida, trechos da mencionada obra.

"Segundo alguns dicionários, a palavra caçador significa 'o que anda caçando, o que tem por hábito, ou por profissão, caçar'. Sob o ponto de vista militar, 'caçador é o soldado de infantaria ou do cavalaria ligeiras; corpo de tropa de infantaria armado à ligeira e cuja tática é combater nas vanguardas, formando pequenos grupos; caçadores a cavalo, tropa de cavalaria ligeira armada de es padas e carabinas para acorrer com prontidão a qualquer partido campo onde se torne necessária e para exploração do terreno'".

A expressão "caçadores" foi empregada a partir de 1742 na FRANÇA.

Após o cerco de Praga, foi organizado por Fischer (Brigadeiro do Exército Francês) uma companhia franca de voluntários, composta de 40 cavaleiros e 60 infantes. Passaram a ser chamados caçadores, e três anos depois formavam já quatro companhias de infantaria a 100 homens cada e quatro de cavalaria a 50 homens. Em 1761, os caçadores formavam uma legião com 3.600 homens. A partir de 1776 cada regimento de dragões teve um esquadrão de caçadores. Estes esquadrões foram reunidos em 1779, de quatro em quatro, formando seis regimentos. O antigo corpo de Fischer ficou sendo o 5º Regimento. Em 1775, foi instituída, pelo Conde de Saint-Germain, nos regimentos de infantaria, uma companhia de caçadores, que ficou sendo a segunda companhia de elite, pois a primeira era a de granadeiros. Desaparecida durante a República voltou a figurar em 1804 com o nome de Voltigeurs, uma em cada batalhão.

Como corpos de especialidade, já em 1788 havia doze batalhões de caçadores a pé recrutados na maioria entre montanhese, guardas-florestais e guarda-caças. Foram suprimidos por Napoleão I.

Os caçadores da África tiveram início a 17 de novembro de 1831. Aumentados, formavam em 1887 cinco regimentos.

Em Portugal, teve início a formação de caçadores com a organização de uma companhia desta especialidade em cada regimento de infantaria pelo Decreto de 1º de agosto de 1795.

Nos primeiros anos de 1800, todos os regimentos de infantaria, tanto de linha como de milícias dispunham de uma companhia de caçadores (uma de granadeiros e as restantes de fuzileiros).

Pelos decretos de 13 de julho e 14 de outubro de 1808, foram criados, por determinação da Regência, os primeiros seis batalhões de caçadores com 13 oficiais de estado-maior, quatro companhias de caçadores e uma de atiradores, num total de 628 homens cada batalhão. Tiveram fardamento e equipamento especiais. A 29 de julho de 1809 passaram a ter corneteiros, corneta-mor e mestre de música, consolidando-se assim uma das mais características tradições dos caçadores: a de não terem tambores e pífanos, tradição mantida entre nós até pouco depois da Guerra do Paraguai.

Ainda em Portugal: Batalhões de Caçadores Nacionais de Lisboa Oriental e Ocidental, foram criados pela Portaria de 10 de julho de 1810. A 20 de abril de 1811 os batalhões de caçadores do Exército foram elevados a 12 por ordem de Beresford. Combatiam os seus soldados em ordem dispersa, na vanguarda da linha de combate.

— No Brasil, houve companhias de caçadores no último quartel do século XVIII, pois na fronteira do Rio Pardo, além de outros corpos e companhias pagas havia uma companhia de caçadores; e foi intenção de D. Luís Antonio de Sousa, governador de São Paulo, criar uma Legião de Caçadores, em 1775. Em 1799 existia em Minas Gerais uma companhia de caçadores.

Pela mesma época havia no Brasil, corpos com a denominação de ligeiros, como no Rio Grande do Sul - a Legião de Cavalaria Ligeira, a Cavalaria Ligeira de Viamão e o Batalhão de Infantaria Ligeira, pelo que não se deve concluir que se tratasse de caçadores.

Depois de 1808, a exemplo de Portugal, e com a vinda da família real para o Brasil, inicia-se aqui a organização de batalhões dessa especialidade, o que se define numa verdadeira predileção, pois transformaram-se aos poucos os regimentos de infantaria em caçadores.

A 29 de agosto de 1808 o Regimento de Infantaria de Linha de São Paulo (em Santos) foi dividido em dois batalhões de caçadores, a quatro companhias cada um, sob o comando do Coronel Cândido Xavier de Almeida Lara. Compunha-se, o Regimento, de 1029 homens; recebeu banda de música por Carta Régia de 3 de fevereiro de 1820 com a respectiva dotação de 48\$000. Foi transformado em 5º e 6º batalhões de caçadores em 1824. Estes batalhões, então no Rio de Janeiro, eram conhecidos por Guarda da Marquesa de Santos.

Pela reorganização geral das tropas do Rio Grande de São Pedro, a 20 e 28 de julho de 1809, o Batalhão de Infantaria e Artilharia passa a Batalhão de Caçadores com 354 homens; na Bahia a 31 de agosto do mesmo ano é criada a Legião de Caçadores com dois batalhões a pé e um a cavalo. Nas milícias, o Regimento de Henriques do Rio, em 1810, é aumentado, passando a Regimento de Caçadores Henriques.

A vinda de Portugal, da Divisão Auxiliadora, em 1815/18, muito deve ter influído para a transformação da infantaria em caçadores, tanto na 1ª como na 2ª linha.

A 10 de maio de 1817 é criado o 1º Batalhão de Caçadores de Libertos de Montevideú, que foi desdobrado em 1º e 2º batalhões, em data incerta, e que somente se incorporaram ao Exército Brasileiro depois da Convenção de 18 de novembro de 1823, passando a ter os números 10º e 11º, a 1º de dezembro de 1824. Foram transferidos para Minas Gerais por Decreto de 18 de outubro de 1829, em consequência da independência do Uruguai, e extintos a 4 de maio de 1831.

O Decreto de 28 de abril de 1818 opera, na infantaria do Rio de Janeiro uma grande reforma: é aproveitada a Divisão criada em 1817 para a expedição de Pernambuco, formada de um batalhão de caçadores, um de granadeiros e três de fuzileiros, todos provisórios, e que de lá acabavam de voltar; reforma que se procede da seguinte maneira: os três batalhões de fuzileiros são absorvidos pelos três regimentos do Rio que passam a 1º, 2º e 3º Batalhões de Fuzileiros; o Batalhão de Caçadores é aumentado com

as companhias de caçadores retiradas dos outros batalhões, o mesmo acontecendo com o de granadeiros, aumentado, também, com as companhias de granadeiros dos outros corpos. Formam cada um 589 homens em seis companhias e estado-maior. Suas companhias foram aumentadas para 100 homens, em lugar de 75, a 8 de maio de 1822.

Em Minas, um batalhão de caçadores que fora criada pelo governo provisório, foi dissolvido a 13 de abril de 1822. Em Pernambuco, por Decreto de 7 de agosto de 1822, é extinto o 3º Batalhão de Caçadores da Província, por indisciplina.

Depois da Independência, a transformação de batalhões de infantaria em batalhões de caçadores continua. Assim, por Decreto de 13 de outubro de 1822, os três batalhões de fuzileiros da corte são transformados em três batalhões de caçadores. Diz o Decreto em questão:

"Mostrando a experiência que as tropas ligeiras são as mais análogas ao local e sistema de defesa desta Província, e convindo portanto criar novos corpos de caçadores além do batalhão já existente; Hei por bem determinar que dos três Batalhões de Fuzileiros, 1º, 2º e 3º que hora fazem parte da Guarnição desta Corte, se formam três Batalhões de Caçadores, passando logo a ter exercícios desta arma e denominando-se pela ordem numérica, começando-se a contar como 1º o referido lá existente Batalhão de Caçadores", etc.

Cada batalhão com estado-maior e seis companhias, total 217 homens.

Prosegue a transformação de corpos de infantaria em batalhões de caçadores: na Paraíba o Corpo de Tropa de Linha é transformado em um batalhão de caçadores, a 19 de novembro de 1822: em Santa Catarina o mesmo acontece com o Corpo de Tropa transformado em batalhão de caçadores no dia 20 do mesmo mês e ano; em Alagoas o Corpo de Linha passa a batalhão de caçadores, a 14 de abril de 1823.

Por motivo de indisciplina e atos criminosos o 3º Batalhão de Caçadores da Bahia foi dissolvido a 16 de novembro de 1824.

A grande reorganização do Exército baixada pelo Decreto e Tabela de 1º de dezembro de 1824 deu, em cada arma respectivamente, uma única numeração aos corpos, regimentos ou batalhões de linha, existentes em todo o Brasil, aproveitando os que estavam em condições de eficiência e dissolvendo os desfalcados ou inúteis. Passou, deste modo, a infantaria a formar 27 batalhões de Caçadores de 1ª Linha (além do Batalhão do Imperador e de três de Granadeiros). Entre eles, os 26º e 27º eram de estrangeiros; os 10º e 11º, de pretos libertos, destacados em Montevidéu.

A 30 de junho de 1825 o Corpo de Linha da Província de Sergipe passou a ser o 26º Batalhão de Caçadores, e o então 26º, de Estrangeiros, tomou o nº 28º de Caçadores Estrangeiros. A 17 de janeiro de 1826 o Corpo de Cavalaria de 1ª Linha de Goiás foi abolido, organizando-se em seu lugar o 29º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha do Exército.

A Regência, num dos seus primeiros atos - o Decreto, de 4 de maio de 1831 - reduziu os 29 Batalhões de Caçadores a 16, alterando a numeração em alguns e extinguindo outros. Foram então dissolvidos: o Batalhão do Imperador, os 10º e 11º de Montevidéu, os 12º, 19º, 20º, 21º, 22º, 26º, 27º e 28º; o 29º foi para a Legião de Mato Grosso, sendo extinto em 1832.

A 29 de novembro é o 10º da Bahia dissolvido; pouco depois sucedia o mesmo ao 2º, por insubordinação, e ao 5º, que foi repartido entre os 1º e 3º.

A 4 de fevereiro de 1833, nova redução é procedida ficando os caçadores reduzidos a 8 batalhões, da seguinte forma:

3° BC passou a ser o 1° BC (Rio de Janeiro);  
4° BC passou a ser o 2° BC (Rio de Janeiro);  
9° e 10° BC, passaram a ser 3° BC (Bahia);  
15° BC passou a ser 4° BC (Maranhão);  
16° BC passou a ser o 5° BC (Pará);  
6° BC continuou a ser 6° BC (São Paulo);  
7° BC continuou a ser 7° BC (Santa Catarina); e  
8° BC continuou a ser 8° BC (Rio Grande do Sul).

Foram, portanto, suprimidos, desta vez, os 1°, 11°, 12°, 13° e 14° BC.

Em 1836, a 21 de maio, por motivo da rebelião no Rio Grande do Sul, foi dissolvido o 8°, decisão suspensa a 10 de junho do mesmo ano. No ano seguinte chegou a vez do 3° BC da Bahia, dissolvido "por ter tomado parte na sedição", e reorganizado com elementos escolhidos.

A necessidade de tropas devido a situação política em diversas Províncias, fez com que o governo começasse a aumentar o Exército. A 22 de fevereiro de 1839, são aumentados os caçadores que passam a formar 12 batalhões, com 638 homens em 8 companhias em SC, no PA e em Mato Grosso.

No Pará ficaram destacados os 4° e 9°. Em 1840, o 10° (antigo 6°) estava em São Paulo; em 1841, os 1°, 2°, 3°, 5°, 6°, 10° e 11° BC, combatiam no Rio Grande do Sul. O 12° que pertencia a Mato Grosso, passou a ser organizado em Santa Catarina. No Rio Grande do Norte é criada uma Companhia de Caçadores, a 4 de outubro de 1841; extinta em 1865. O mesmo se dá em Sergipe, criando-se uma Companhia, a 16 de novembro de 1841 e extinta também em 1865.

Em 1842, com a revolução em São Paulo e Minas, encontra-se o governo sem tropas à mão, por estarem todas as unidades distribuídas do sul ao norte. Reúne, então, e envia para aquelas províncias sublevadas, corpos improvisados, guardas nacionais e outros elementos. Em consequência, são criados novamente os batalhões de fuzileiros, suprimidos desde 1822.

Pelo Decreto de 14 de maio de 1842, os novos batalhões de fuzileiros são numerados de 1 a 8. Os Batalhões de Caçadores do 1° ao 8° continuam os mesmos, o 9° de Caçadores do Pará passou a 5° de Fuzileiros; o 10° de São Paulo passou a 6° de Fuzileiros, em São Paulo; o 11° passou a 7° de Fuzileiros, no Rio Grande do Sul; e o 12° a 8° da dita especialidade em Santa Catarina.

Uma Companhia de Caçadores é criada pelo mesmo decreto em Alagoas, a qual foi extinta em 19 de abril de 1851.

Estabelece o citado decreto de 1842 para cada Batalhão de Caçadores, um grande e um pequeno estados-maiores com 30 oficiais, oficiais inferiores, artífices e músicos, e seis companhias com 82 oficiais e praças, num total de 522 homens. No ano seguinte os batalhões são aumentados para 666 homens; cada um, porém, a 23 de agosto de 1847 desce este número para 558.

Pelo Decreto de 19 de abril de 1851 foi adotada uma numeração única para toda a Infantaria, continuando os Fuzileiros com a numeração de 1° a 8°, passando os Caçadores a numeração de 9° a 14°, sendo extinto o 8° de Caçadores do Pará. Não devemos esquecer um batalhão fora do quadro: o 15° de Caçadores, formado de alemães e que foi dissolvido alguns anos depois. Soma então cada batalhão um total de 679 homens. A 30 de novembro de 1852, o 7° de Fuzileiros é transformado em 5° Regimento de Cavalaria, e por esta razão alterou-se novamente a numeração.

Em 1857, o 8° estava em Alagoas, os 9° e 10°, em Pernambuco, o 11° no Pará, os 12° e 13° no Rio Grande do Sul.

Este número de batalhões perdurou até a Guerra do Paraguai, quando, pelo Decreto 3.555 de 9 de dezembro de 1885, a Infantaria foi elevada a 22 batalhões, sendo, os seis primeiros de infantaria pesada (fuzileiros) e os restantes, de 7 a 22, de infantaria ligeira (caçadores).

A origem dos novos batalhões é a seguinte:

- 14º Batalhão de Caçadores, formado com os Corpos Fixos do Ceará e do Espírito Santo.
- 15º Batalhão de Caçadores, formado com o Corpo da Guarnição do Piauí.
- 16º Batalhão de Caçadores, formado com o Batalhão de Caçadores da Bahia.
- 17º Batalhão de Caçadores, formado com o Corpo da Guarnição da Paraíba.
- 18º Batalhão de Caçadores, formado com o Corpo da Guarnição do Maranhão.
- 19º Batalhão de Caçadores, formado com o Batalhão de Caçadores de Mato Grosso.
- 20º Batalhão de Caçadores, formado com o Batalhão de Caçadores de Goiás.
- 21º Batalhão de Caçadores, formado com os Batalhões do C.F. de Minas e São Paulo.
- 22º Batalhão de Caçadores, formado com o Depósito da Corte.

Entre os batalhões de caçadores destacaram-se durante a guerra o 12º, "tremeterra", e o 13º, "arranca-toco", o 11º, que seguiu em abril do mesmo ano e no sul foi aumentado com o 15º (Batalhão de atiradores, armados de fuzil alemão Dreyse); o 16º, "o glorioso", que partiu a 5 de fevereiro de 1865; os 17º, 18º, 19º (este, de Mato Grosso), o 20º (organizado em Goiás) e o 21º, que tomaram parte na expedição de Mato Grosso (Retirada da Laguna).

Tendo sido o 18º dissolvido em 1870, o 22º passou a ter aquele número, ficando os batalhões reduzidos a 21.

Pelo Decreto de 12 de agosto de 1870, cada batalhão de infantaria ligeira passou a ter 683 homens distribuídos em 8 companhias, estado-maior e estado-menor.

Em 1872, ainda estavam no Paraguai, os 8º, 10º, 15º, 16º, e 17º Batalhões de Caçadores, com mais alguns corpos de outras armas.

Com a reforma produzida pelo Decreto 10.015 de agosto de 1888 desaparece a classificação de caçadores ou infantaria ligeira, e só existem, daí por diante, batalhões de infantaria que são elevados a 30. A 14 de dezembro de 1889 o seu número sobe a 36 e, em 1849 a 40.

Em consequência da grande remodelação do Exército, estabelecida pelo Decreto nº 6 971, de 7 de junho de 1908 e Decretos de 28 de novembro do mesmo ano, que criaram as grandes unidades e os regimentos de infantaria, restabeleceu-se a denominação de caçadores para 12 batalhões e 13 companhias isoladas. Como toda a infantaria obedecia a uma numeração única, coube aos caçadores os números de 46 a 57. Tiveram origem da seguinte maneira:

As três primeiras companhias dos 36º, 15º, 5º, 40º, 16º, 28º, 23º 12º, 37º, 26º e 25º formaram, respectivamente, os 46º BC, 47º BC, 48º BC, 49º BC, 50º BC, 51º BC, 52º BC, 53º BC, 54º BC, 85º BC, 56º BC. Elementos novos formaram o 57º BC.

Além destes batalhões foram criadas 13 Companhias Isoladas de Caçadores, formadas, respectivamente, pelas quartas companhias dos 5º, 9º, 2º, 40º, 33º, 26º, 16º, 24º, 28º, 12º, 39º e 8º Batalhões de Infantaria.

Em 1913 criou-se o 58º Batalhão de Caçadores com as 7ª, 8ª e 9ª Companhias Isoladas de Caçadores, e, em 1915 os 59º e 60º Batalhões.

A 23 de fevereiro de 1915 é suprimido o 14º RI e a 1º de novembro de 1917, é suprimido o 15º RI. Os batalhões que os compunham: 40º, 41º e 42º, 43º, 44º e 45º

passaram a caçadores. A 18 de junho de 1919, porém, restauram-se os 14° e 15° RI com seus antigos batalhões.

O 13° RI é extinto a 19 de agosto de 1819 e com os seus batalhões 37 e 38 formam-se os 61° e 62°; o 63° é criado pelo mesmo decreto. Tudo fica sem efeito pelo Decreto 13.916, de 11 de novembro do mesmo ano, remodelando-se a infantaria e elevando-se os caçadores a 27 batalhões, desta vez, com numeração própria.

Por decreto de 31 de dezembro de 1921 foram criados, o 28° BC em Sergipe, com a extinta 19ª Companhia, de Metralhadoras e o 29° BC no Rio Grande do Norte com a extinta 20ª Companhia de Metralhadoras.

Em 1930 foram organizados o 30° e o 31° BC em Petrópolis e Niterói, extintos porém, no mesmo ano.

Em 1932 em consequência da revolução de São Paulo foram considerados extintos e reorganizados imediatamente com outros elementos, os 6°, 16°, 17° e 18° BC, em Mato Grosso.

Em 1934 os Batalhões de Caçadores passam a ser classificados em dois tipos: Tipo I, composto de três companhias de fuzileiros, uma de metralhadoras e um pelotão extra; tipo II, de duas companhias de fuzileiros, uma de metralhadora e um pelotão extra.

A parada dos Batalhões de Caçadores é então a seguinte; 1° BC Petrópolis; 2°, Niterói; 3°, Porto Alegre; 4°, São Paulo; 5° Itapetininga; 6°, Itapemiri; 7°, Porto Alegre, 8°, São Leopoldo; 9° Pelotas; 10°, Ouro Preto; 11°, Belo Horizonte; 12°, Juiz de Fora; 13°, Joinville; 14°, Florianópolis; 15°, Curitiba; 16°, Cuiabá; 17°, Corumbá; 18°, Campo Grande; 19°, Bahia; 21°, Recife; 22°, Paraíba; 23°, Fortaleza; 24°, Maranhão; 25°, Piauí; 26°, Pará e 27°, Manaus.

Devido à sedição comunista foram dissolvidos os 21° e 29° BC por Decreto de 3 de dezembro de 1935, sendo criados e organizados novamente os 30° e 31° BC. Em 1937 o 12° BC passa a ter sede provisória em Pouso Alegre, e o 11° BC de Corinto passa a Ouro Fino; o 2° BC transfere sua parada, provisória, na localidade de Pinheiros. Aviso n° 43, de 1938.

- São corpos antigos (em 1934) os seguintes batalhões de Caçadores:

- 3° BC (Espírito Santo) que descende do antigo 16° batalhão, criado na Bahia em 1865.

- 5° BC (Itapetininga), do antigo 12° de Caçadores, criado no Rio Grande do Sul em 1851.

- 7° BC (Santa Maria), do antigo 3° de Fuzileiros, criado em 1842.

- 15° BC (Curitiba) que vem do antigo 59° Batalhão de artilharia a pé, criado em Santa Catarina em 1839.

- 19° BC (Bahia), que tem como antepassado o antigo 2° Batalhão de Infantaria da Legião de São Paulo, anterior a 1822 (a Legião foi criada em 1773.)

- 24° BC, de São Luiz; do 9° B. C, criado em 1839 no Pará.

- 26° BC (Belém), que descende do antigo 15° de Infantaria criado no Piauí, em 1865.

- Caçadores a Cavalos. Em consequência da campanha do Paraguai, o governo imperial, com o fim de aumentar os corpos de cavalaria de linha criou, pelo Decreto 3. 555, de 9 de dezembro de 1865, cinco Corpos de Caçadores a Cavalos. O 1° Corpo foi organizado em Mato Grosso a oito companhias, com o Corpo de Cavalaria Fixa da mesma Província e as Companhias de Cavalaria de São Paulo e Minas.

Extinto a 12 de agosto de 1870, restaurando com seus elementos o Corpo de Cavalaria de Mato Grosso e as Companhias de Cavalaria de São Paulo e Minas. O



Corpo de Mato Grosso passou a ser o 7º Regimento de Cavalaria do Exército, em 1888/89.

O 2º Corpo foi organizado em Goiás, a quatro companhias com a Cavalaria Fixa, da mesma Província. Extinto em 1870, voltou a ser a Cavalaria da Guarnição de Goiás, O 3º Corpo foi composto no Paraná com quatro companhias, com a Companhia Fixa de Cavalaria da guarnição. Terminada a guerra, voltou a formar o Corpo de Cavalaria, da mesma Província. Supõe Rego Monteiro que, em 1888 este corpo formou o 8º Regimento de Cavalaria do Exército.

Foi o 4º Corpo de Caçadores a Cavalos organizado no Rio Grande do Sul, a quatro companhias, com o 4º Regimento de Cavalaria Ligeira. Extinto em 1870, voltou a formar o antigo 4º Regimento de Cavalaria Ligeira do Exército.

Teve o 5º Corpo de Caçadores a Cavalos, seis companhias, origem semelhante (sic), foi organizado com o 5º Regimento de Cavalaria Ligeira. Extinto em 1870, recompôs o antigo 5º Regimento de Cavalaria Ligeira do Exército.

Caçadores do Imperador: - O decreto de 18 de janeiro de 1823, que criou este corpo, diz o seguinte:

"Querendo dar à Província da Bahia mais uma prova do quanto tenho em consideração proporcionar os meios de a tornar livre da opressão, como que as tropas lusitanas pretendem dar-lhe a lei por força, e abafar seus patrióticos sentimentos, declarados, francamente pela sagrada causa do Brasil, e julgando portanto, que muito convirá enviar-lhe um reforço de tropas escolhidas, comandadas por oficiais, cujo préstimo, e mais boas qualidades sejam do meu imediato conhecimento: hei por bem criar, para aquele fim, e para continuar a fazer parte do Exército deste Império, um Batalhão de Caçadores, que será denominado - Batalhão do Imperador - e composto de oficiais e mais praças escolhidas nos outros corpos desta guarnição, na conformidade do plano que baixa com este", etc.

O batalhão foi organizado com estado-maior composto de 39 oficiais e mais praças e de seis companhias de 116 oficiais e praças, somando um total de 735 homens. Seguiu logo para a Bahia a fim de reforçar a tropa de Labatut no combate aos portugueses do General Madeira, Teve então por comandante o Cel José Joaquim de Lima e Silva. Terminada a luta voltou para o Rio, embarcando para o Sul em 1825, sob o comando do Tenente-Coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, com outros corpos, todos sob as ordens do General Rosado. Destacado para Montevideu, lá combateu sob as ordens do Major Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias, e que fora tenente-ajudante do batalhão, em 1823. Assinado o tratado que pôs termo à guerra e que deu independência ao Uruguai, volta o Batalhão do Imperador para a Corte, em 1828, ficando aquartelado em São Cristóvão.

A 6 de abril de 1831, recusando-se D. Pedro I em ceder ante as injunções políticas a favor da nação, agrava-se a situação pela concentração do povo no Campo de São Cristóvão, e ainda mais com a confraternização da tropa que chega à noite, formada de dois corpos de Artilharia e do 1º de Granadeiros, sob o comando do Brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos. Às 11 e meia da noite faz sua entrada no Campo o Batalhão do Imperador, vindo de São Cristóvão. D. Pedro ao saber do procedimento deste batalhão, disse calmamente: "Fez bem, que se vá reunir aos seus camaradas no campo; não desejo que ninguém se sacrifique por minha causa". Ao amanhecer do dia 7 embarcava o Imperador a bordo da Waspite.

O Batalhão foi dissolvido, juntamente com outros corpos a 4 de maio de 1821.

— Caçadores de Montanha. — Pela lei de 26 de setembro de 1839, foram criadas oito companhias de caçadores de montanha. Eram corpos fora da linha e substituíram algumas companhias de ligeiros e pedestres para auxiliar o Exército. Antecederam os corpos e Companhias Fixas, entrando mais tarde na formação destes. Foram as seguintes as oito companhias:

Minas Gerais, 2 Companhias. 248 homens; Maranhão, 2 companhias, 248 homens; São Paulo, 1 Companhia. 124 homens (formada com destacamento do 10º de caçadores e batalhão provisório); Santa Catarina, 1 Companhia. 115 homens; Goiás, 1 Companhia. 123 homens; Espírito Santo, 1 Companhia. 95 homens; total geral, 953 homens.

Por volta de 1845/47, começaram a ser transformadas, dissolvidas, ou absorvidas por outros corpos. As de Minas Gerais ficaram sendo de pedestres, o mesmo acontecendo com as do Maranhão. A Companhia de São Paulo, desapareceu em 1847, e a de Santa Catarina durou até 1860. Em Goiás, foi ela, em 1842, transformada em Corpo Fixo, a do Espírito Santo manteve-se até 1847.

#### FONTE CONSULTADA

RODRIGUES, José Wash. Dicionário Histórico Militar **Ilustrado**. (Não publicado)

NOTA DA REDAÇÃO: José Wash **Rodrigues** nasceu em São Paulo no dia 19 de março de 1892. Em 1910, mereceu do Governo do Estado de São Paulo, um prêmio de viagem à Europa para aperfeiçoar-se no que embora ainda tão moco - já vinha tornando-o bastante conhecido nos meios artísticos e intelectuais de seu Estado: a pintura. Em Paris foi aluno de dois renomados estabelecimentos: a Academia Julien e a Escola de Belas Artes. Foi tão grande seu aproveitamento que, quatro anos mais tarde, expôs seus trabalhos no Salão dos Artistas Franceses, obtendo elogiosas referências da crítica. José Wash Rodrigues teria feito uma grande carreira de pintor se, em dado momento, já então no Brasil, não se voltasse para os estudos históricos, embora continuasse a conseguir novos sucessos com suas telas a óleo e aquarelas. A História Militar do Brasil, de que fcd conhecedor profundo, levou-o a realizar estudos e pesquisas que se transformaram em valiosos subsídios para a nossa história. Basta citar o valiosíssimo álbum dos "Uniformes do Exército Brasileiro — 1730-1922, publicado pelo Ministério da Guerra, no centenário de nossa independência, impresso por A. Ferroud, em Paris, com as aquarelas, desenhos e documentação de Wash Rodrigues e texto de Gustavo Barroso. Deixou ainda, inédito, seu maior trabalho nessa especialidade — o "Dicionário Histórico Militar Ilustrado", que compreende informações históricas, de caráter geral, bem como, a história das forças Armadas do Brasil. Abrange, esse estudo, mais de mil e seiscentas páginas de texto e mais de quatrocentas ilustrações, das quais, uma centena em cores. Publicou as seguintes obras:

1. BRASÕES E BANDEIRAS DO BRASIL. Texto de Clovis Ribeiro corrto ilustrações de José Wash Rodrigues, Rio, "A Gazeta", 1932.
2. CAPÍTULOS DE ARMARIA – Artilharia, Rio: Civilização Brasileira, 1957.
3. MÓVEIS BRASILEIROS. Rio, Ed. Civilização Brasileira.
4. DOCUMENTÁRIO ARQUITETÔNICO. São Paulo, USP, Livraria Martins, 1975.
5. Fardas do Reino Unido e do Império, Trajes Cívicos e Militares em Pernambuco durante o Domínio Holandês e Tropas Paulistas de Outrora. Edição do Autor.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

Sites: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e [www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

Site do NEE/CMS: [www.nee.cms.eb.mil.br](http://www.nee.cms.eb.mil.br)

Site do Núcleo Militar de Gramado: [www.nuclev.com](http://www.nuclev.com)

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE

– Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>.